

# REFORMA AGRÁRIA SOLIDÁRIA E QUALIDADE DE VIDA DOS BENEFICIÁRIOS NO ESTADO DO CEARÁ

*Ahmad Saeed Khan<sup>1</sup>  
Ana Tereza Bittencourt Passos<sup>2</sup>*

## Resumo

O governo do Estado do Ceará instituiu, em outubro de 1996, o Programa Reforma Agrária Solidária – PRAS, em parceria com o Banco Mundial. Avaliação quantitativa do programa como um todo, embora significativa, sinalizava o êxito das ações desenvolvidas, entretanto, por falta de metodologia mais adequada, não havia avaliação qualitativa do programa e de seus beneficiários. Este estudo teve como objetivo analisar a provável contribuição do programa para melhoria das condições de vida dos produtores beneficiados. Os dados utilizados foram de origem primária, obtidos em entrevistas diretas com os beneficiários do PRAS. A amostra pesquisada foi de 77 produtores, abrangendo sete municípios do Estado do Ceará. Os resultados indicam que o PRAS promoveu substancial contribuição na qualidade de vida da população beneficiada, apresentando incremento de 70% em relação ao índice de qualidade de vida (IQV) anterior a esse programa. Os indicadores que mais contribuíram para melhorar a qualidade de vida foram a moradia, o acesso aos bens duráveis e os aspectos sanitários. No entanto, a participação dos indicadores saúde e educação na formação do IQV é pequena.

**Palavras-chaves:** reforma agrária solidária, desenvolvimento social e Ceará.

---

<sup>1</sup> Professor Titular do Departamento de Economia Agrícola da Universidade Federal do Ceará. Caixa Postal 6.017 – Pici – 80451-970, Fortaleza, Ceará, e bolsista do CNPq.

<sup>2</sup> M.S. Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Escola Superior da Agricultura de Mossoró – Rio Grande do Norte.

## 1. Introdução

No desenvolvimento econômico, o setor agrícola tem apresentado elevada contribuição, sendo normalmente atribuídas a este as funções de produzir alimentos e matérias-primas, liberar trabalhadores para os setores urbanoindustriais, gerar poupanças e criar mercados para os produtos dos outros setores, além da obtenção de divisas para importação via exportação de produtos agrícolas (Johnston e Mellor, 1961).

O problema do desenvolvimento agrícola está diretamente vinculado à questão da pobreza e à distribuição da renda, principalmente nos países que, ao longo da sua trajetória, não lograram atingir níveis desejáveis de bem-estar para grande parte da sua população.

Observou-se, contudo, que os resultados do crescimento econômico brasileiro nos últimos anos não se fizeram acompanhar de mudanças significativas na melhoria das condições de vida de grande parte da população do Nordeste, muito em particular das pessoas residentes no quadro rural dessa região.

De acordo com dados do World Bank (1999), o Estado do Ceará apresentou, no período de 1970-1997, uma taxa média anual de 5,8% de crescimento do PIB. Entretanto, o PIB *per capita* do Ceará é de US\$1.701, o que corresponde a 48% do PIB *per capita* nacional.

Apesar desse crescimento, a pobreza no Ceará continua grave e profunda. Considerando como uma linha de pobreza a renda mensal *per capita* de R\$65,00, o Banco Mundial observou que 77% da população rural do Ceará tem renda mensal abaixo desse nível, ou seja, vive na miséria.

Para o World Bank (1999), o grande contingente de pobres e a produtividade extremamente baixa da agricultura (que continua a gerar 46% de todo o emprego) estão na raiz do problema geral da pobreza no Estado do Ceará. Com a finalidade de habilitar os pobres a se beneficiarem das oportunidades econômicas resultantes do crescimento e ampliar os efeitos do crescimento para reduzir a pobreza, é essencial efetuar investimentos em capital humano e nos ativos físicos dos pobres.

Leite, citado por Idace (1998), considerou que as causas históricas principais que motivam a crise no campo são decorrentes da perversa

estrutura fundiária, com forte concentração da terra ligada à concentração de poder. O aumento da população, com a manutenção dessa estrutura, agravada pela insegurança das condições climáticas, ocasiona um fluxo migratório negativamente seletivo de grandes repercussões num processo desequilibrado de desenvolvimento econômico. Acrescentem-se a isso as dificuldades dos pequenos produtores em obter crédito agrícola, especialmente pela falta de garantia para os financiamentos, além das adversas condições na comercialização da produção e aquisição de insumos, pela organização dos produtores e pela deficiência dos serviços sociais de apoio à produção.

Nesse contexto, a reforma agrária é uma importante estratégia para o desenvolvimento agrícola. É também um fator de estabilidade política, com a redução dos conflitos no campo, gerando emprego e renda e proporcionando um bem-estar social às famílias dos produtores beneficiados com o uso da terra.

Para essa finalidade, o governo do Estado do Ceará, no ano de 1995, reformulou o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), denominando-o Projeto São José, cujo objetivo principal é a implementação de ações de desenvolvimento sustentável do Estado com participação ativa das comunidades, com vistas a aumentar o acesso das populações rurais mais pobres às atividades de geração de emprego e renda, assim como a provisão de serviços sociais básicos e de infraestrutura como meios para redução da pobreza rural.

Um dos componentes do Projeto São José é o segmento Ação Fundiária, originado a partir da criação, pelo governo do Estado, do Fundo Rotativo da Terra – FRT, em outubro de 1996, em parceria com o Banco Mundial. Surgiu, assim, na forma de projeto-piloto, o programa denominado Reforma Agrária Solidária. Esse programa se destina a financiar imóveis rurais a trabalhadores sem terra e minifundiários, através de suas associações. Esses produtores negociam a aquisição dos imóveis diretamente com os proprietários rurais. Os projetos produtivos e de infraestrutura para viabilizar os imóveis, como unidades produtivas, são implementados com recursos a fundo perdido, oriundos do Projeto São José.

Através do Programa de Reforma Agrária Solidária no período

de julho/96 a setembro/97, foram atendidas 694 famílias de trabalhadores rurais, com o financiamento de 24 mil hectares de terra, compreendendo 44 imóveis rurais (Ceará, 1998).

Considera-se oportuna a avaliação desse programa, pois poderá subsidiar planejadores e executivos no redirecionamento do PRAS caso não sejam atingidos os objetivos sociais e econômicos a que se propuseram.

## **2. Metodologia**

### **2.1- Origem dos dados e tamanho da amostra**

Para realização da pesquisa foram utilizados dados primários obtidos através de entrevistas diretas com os produtores rurais, os quais permitiram conhecer alguns aspectos relacionados ao nível de qualidade de vida da população nos períodos antes da implantação do Programa Reforma Agrária Solidária, ou seja, antes de 1997 e após esse projeto, em 1999.

Dos 44 imóveis rurais beneficiados com o programa no período de junho de 1996 a setembro de 1997, abrangendo os municípios de Iguatu, Cedro, Quixadá, Baturité, Acaraú, Trairi e São Gonçalo do Amarante, foram selecionados, aleatoriamente, 25 propriedades, concentrando em média, de 10 a 20 produtores. Dentre estes, pesquisaram-se, ao acaso, de três a quatro produtores por propriedade, dadas as características similares dos ocupantes de cada imóvel.

### **2.2- Considerações conceituais**

#### **2.2.1 Qualidade de vida**

Embora não exista conceituação clara e universal do que é qualidade de vida, este ponto tem se tornado preocupação mundial crescente nos últimos anos. Na prática, essa expressão vem sendo identificada com satisfação de um espectro de necessidades humanas básicas que assegura certo “nível de vida” a uma população (Nahas e

Martins, 1995).

A definição do nível de vida deve ser entendida como um estado atual de suas condições concretas de vida e não como um estado desejado ou esperado. Inicialmente trabalhada pelo Instituto de Desenvolvimento Social da ONU e depois incorporada pela Polônia, através do Instituto Econômico e Social - IES, entende-se por nível de vida da população, em dadas unidades de tempo e de espaço, o grau de satisfação das necessidades materiais e culturais das economias domésticas, obtido através do fluxo de mercadorias e de serviços pagos e dos fluxos do fundo de consumo coletivo (Sliwiany, 1997).

Durante muito tempo, utilizou-se a prática de medir o bem-estar de uma população pelo tamanho de seu PIB *per capita*. No entanto, as condições de vida de uma população não podem ser avaliadas apenas pela dimensão econômica. Por isso, buscaram-se constantemente medidas socioeconômicas mais abrangentes, que incluam outras dimensões fundamentais da vida e da condição humana.

O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH é usado pela Organização das Nações Unidas – ONU, desde 1960, para avaliar as condições de vida nos 174 países membros da organização. É um *ranking* no qual esses países recebem notas entre 0 e 1, de acordo com seu grau de desenvolvimento em três áreas: educação, renda e expectativa de vida.

De acordo com Libânio (1998), citado por Gomes (1998), “a vantagem do IDH é que o mesmo, não se limita a observar os dados econômicos de um país, como o crescimento do produto interno bruto, mas mede também o aumento das potencialidades humanas resumido nos três indicadores citados anteriormente”. Com esses indicadores, é possível aferir se as pessoas estão capacitadas a usufruir os benefícios mais subjetivos e imensuráveis do desenvolvimento, como o acesso à informação, à cultura e à participação política.

Apesar das críticas, a criação e a disseminação do IDH despertaram uma consciência global de que muitos índices possíveis podem ser considerados quanto ao cálculo do IDH ou qualquer outro índice sobre a qualidade de vida, de modo a evidenciar as complexas e múltiplas dimensões da condição.

Um dos principais papéis de um índice de desenvolvimento humano é permitir a comparação de determinado grupamento humano consigo mesmo através do tempo. Entretanto, por ser mais abrangente, um índice não é necessariamente o melhor. Pode acontecer que uns componentes se sobreponham os outros e maior número de variáveis pouca coisa acrescente ao índice sintético.

Rodrigues (1993) desenvolveu, em 1991, o Índice de Desenvolvimento Social – IDS, usando uma metodologia semelhante à do IDH. Em sua primeira versão, o IDS era composto por três indicadores, com ponderações iguais, ou seja: esperança de vida ao nascer (indicador de saúde), taxa de alfabetização de adultos (indicador de educação) e coeficiente de Gini da distribuição de renda da população economicamente ativa (PEA), com rendimento (indicador de renda).

Em segunda versão, o IDS foi aprimorado, objetivando analisar as condições materiais de vida da população em termos de remuneração, saúde, educação, habitação, alimentação e transportes, itens que, segundo Rodrigues (1993), tem mais a ver com a realidade social imediata dos países em desenvolvimento.

Um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas - IPEA calculou para os anos 70, 80 e 88, o Índice de Desenvolvimento Relativo (IDR) e o Índice do Nível de Vida (INV). A metodologia adotada para o cálculo do IDR indica, no geral, a do IDH, com as seguintes modificações: a variável PIB *per capita* é substituída pelo rendimento domiciliar *per capita*, e os valores mínimos e máximos são os empiricamente observados, em qualquer dos anos considerados (Albuquerque et al., 1993).

Para o cálculo do INV, combinaram-se elementos da metodologia empregada na construção do IDH e da adotada por Drewnowski (Streeten et al. e Guillaumont, citados por Monte, 1999). O INV é um indicador integrado por cinco componentes (saúde, educação, habitação, renda, lazer e informação), cada um correspondendo ao grau de uma necessidade básica.

Dois novos indicadores desenvolvidos em 1996, numa pesquisa da Fundação João Pinheiro - FJP e do IPEA, foram calculados pelo PNUD para todos os municípios brasileiros, que são o Índice de Condições

de Vida - ICV e o Índice de Desenvolvimento Humano e Municipal - IDHM. O ICV é construído através de metodologia básica idêntica à do IDH, mas incorpora um conjunto maior de indicadores que retratam realidades econômicas e ambientais, de modo a captar, da forma mais abrangente possível, o processo de desenvolvimento humano sustentável.

Schwartzman (1974) enfatizou o fato de que a maioria dos esforços para dimensionar a qualidade de vida de dada população se restringe apenas à mensuração de variáveis do tipo negativo, que se referem à carência: deficiência alimentar, ausência de serviços, mortalidade infantil, má condição de moradia etc. Nessas variáveis, não se considerou, na formação do índice de qualidade de vida, o nível de satisfação da população estudada. Tal problema, segundo esse autor, poderá levar ao esfacelamento desse índice, quando certos padrões de determinado indicador são atingidos e não é mais possível considerar o crescimento deste, já que teria sido alcançado o seu mais alto valor, refletindo, assim, “plenitude de vida” ou um ideal qualquer de felicidade.

De acordo com Buarque (1993), talvez nenhum conceito seja mais antigo, antes mesmo de ser definido, do que “qualidade de vida” e, talvez ainda, nenhum seja mais moderno do que a busca da qualidade de vida, sendo mais modernas ainda a crítica e a redefinição desse conceito. Durante séculos, a qualidade de vida estava em não ser a pessoa ameaçada pelos deuses, nem surpreendida pelas intempéries e nem apanhada pelos inimigos. “A vida era a rotina, e a qualidade de vida era não quebrar a rotina”.

Este estudo teve como base o trabalho realizado por Fernandes (1997), que englobou um número maior de indicadores e enfatizou a importância do nível de satisfação da população na formação do índice de qualidade de vida.

## **2.2.2 Construção do índice de qualidade de vida**

A fim de analisar se o Programa Reforma Agrária Solidária (PRAS) está contribuindo para melhorar a qualidade de vida da população beneficiada, foi investigada a sua situação antes e depois da implementação desse programa. O nível de qualidade de vida alcançada pela população

beneficiada do PRAS foi avaliado através do índice resultante da agregação dos seguintes indicadores: bens duráveis, saúde, educação, habitação e aspectos sanitários. As alterações dessas variáveis entre os dois períodos considerados na pesquisa indicam se houve melhoria, prejuízo ou nenhuma mudança na qualidade de vida dos beneficiários do PRAS.

O método adotado nesta pesquisa foi o desenvolvido por Fernandes (1997), tendo os seguintes passos: estabelecimento dos indicadores que compuseram o índice de qualidade de vida e a atribuição de escores e pesos às variáveis que integram cada indicador. Foram formados postos organizados em ordem crescente de valores, partindo-se da situação na qual o indicador apresenta o pior desempenho até a melhor situação possível de ser verificada, sendo esses postos representados por escores.

No presente estudo, os referidos indicadores foram mensurados, atribuindo-se-lhes escores e pesos. Os escores assumiram valores de 0 a 3 para representar a posição do beneficiário do PRAS na escala crescente de posto, ao passo que os pesos foram ponderações estabelecidas pelos próprios pesquisadores, variando de 1 a 3, em que 1 representa baixa satisfação, 2 média satisfação e 3 alta satisfação, expressando, assim, a satisfação ou a importância relativa de cada indicador na formação da sua qualidade de vida.

Desse modo, o índice de qualidade de vida da população é definido como

$$IQV = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^n \left[ \frac{\sum_{i=1}^m E_{ij} \cdot P_{ij}}{\sum_{i=1}^m E_{\max_i} \cdot P_{\max_i}} \right]$$

A contribuição de cada indicador no índice de qualidade de vida é obtida da seguinte maneira:

$$C_i = \frac{\sum_{j=1}^n E_{ij} \cdot P_{ij}}{\sum_{j=1}^n \sum_{i=1}^m E_{\max_i} \cdot P_{\max_i}}$$

em que

IQV = índice de qualidade de vida da população, definido para cada período (antes e depois do PRAS);

$E_{ij}$  = escore do  $i$ -ésimo indicador, obtido pelo  $j$ -ésimo beneficiário;

$P_{ij}$  = peso do  $i$ -ésimo indicador, definido pelo  $j$ -ésimo beneficiário;

$i = 1, \dots, m$ ;

$j = 1, \dots, n$ ;

$P_{\max_i}$  = peso máximo do  $i$ -ésimo indicador;

$E_{\max_i}$  = escore máximo do  $i$ -ésimo indicador;

$C_i$  = contribuição do indicador ( $i$ ) no índice de qualidade de vida da população;

$n$  = número de beneficiários; e

$m$  = número de indicadores.

A mudança na qualidade de vida da população beneficiada pelo PRAS pode ser observada pelo comportamento dos resultados obtidos, ou seja, através da diferença ( $\Delta$ ) verificada entre os índices de qualidade de vida dos produtores antes e depois da implantação desse programa. Essa alteração foi avaliada da seguinte forma:

- a) Redução no nível de qualidade de vida:  $\Delta < 0$ .
- b) Manutenção do nível de qualidade de vida:  $\Delta = 0$ .
- c) Elevação do nível de qualidade de vida:  $\Delta > 0$ .

### 2.2.3 Consolidação das variáveis consideradas na formação do índice de qualidade de vida

A seguir, apresentam-se algumas considerações sobre as variáveis e os respectivos escores que foram utilizados na mensuração do nível de qualidade de vida:

**a) Bens duráveis**

Esta variável foi medida considerando a variedade de bens duráveis possuídos antes e depois do programa. Dessa forma, o acúmulo de bens foi utilizado para medir alterações no nível de renda do beneficiário. Para efeito dessa mensuração, os bens foram organizados em três grupos, sendo cada grupo composto por bens com valores equivalentes:

Grupo 1: rádio, ferro de passar, liquidificador e outros, de forma equivalente.

Grupo 2: máquina de costura, fogão a gás, aparelho de som e máquinas agrícolas de pequeno porte.

Grupo 3: televisão, geladeira, antena parabólica e máquinas agrícolas.

Com base nesses grupos, foram formados quatro postos organizados, em ordem crescente de valores e representados por escores, para refletir o acúmulo dos bens:

- |  |   |
|--|---|
| a) Não possui nenhum dos bens acima citados  | 0 |
| b) Possui pelo menos um dos bens do grupo 1 e não possui nenhum dos bens dos grupos 2 e 3  | 1 |
| c) Possui pelo menos um dos bens dos grupos 1 e 2, e não possui nenhum dos bens do grupo 3 | 2 |
| d) Possui pelo menos um dos bens dos grupos 1, 2 e 3                                       | 3 |

**b) Saúde**

Esta variável foi mensurada considerando a estrutura física e os serviços de saúde disponíveis para atender à população do programa, de acordo com a seguinte escala:

- |  |   |
|--|---|
| a) Inexistência de atendimento médico na comunidade  | 0 |
| b) Atendimento por agente de saúde   | 1 |
| c) Existência de um posto médico na comunidade, mas somente são oferecidos os serviços de primeiros socorros | 2 |
| d) Existência de posto médio na comunidade, oferecendo os serviços de primeiros socorros e consultas médicas | 3 |

**c) Educação**

Na determinação desta variável, considerou-se a disponibilidade

dos serviços educacionais para o produtor e sua família, como mostrado a seguir:

- |  |   |
|--|---|
| a) Inexistência de serviços educacionais | 0 |
| b) Existência de curso de alfabetização  | 1 |
| c) Existência de escola de 1° grau       | 2 |
| d) Existência de escola de 2° grau       | 3 |

#### **d) Habitação**

Esta variável foi medida pelos aspectos da moradia do produtor pesquisado, como tipo de piso da casa e de iluminação, como segue:

I – Tipo de construção do domicílio

- |                                  |   |
|----------------------------------|---|
| a) Casa de taipa                 | 0 |
| b) Casa de tijolo                | 1 |
| c) Casa de tijolo, reboco e piso | 2 |

II – Iluminação artificial

- |  |   |
|--|---|
| a) Lampião a querosene, lamparina ou lampião a gás | 0 |
| b) Energia elétrica                                | 1 |

O somatório das pontuações dos subitens I e II formarão o escore para mensuração da referida variável.

#### **e) Aspectos sanitários**

A exemplo da variável anterior, a mensuração desta variável foi determinada através do somatório dos escores relativos aos aspectos: destino dado aos dejetos humanos, condições da água para consumo humano e destino dado ao lixo domiciliar:

I – Destino dado aos dejetos humanos

- |  |   |
|--|---|
| a) Condição de céu aberto ou enterrado | 0 |
| b) Dirigido para fossa                 | 1 |

II – Condições da água para o consumo humano

- |   |   |
|---|---|
| a) A água é consumida diretamente do rio ou poço (s/tratamento) | 0 |
| b) A água consumida é filtrada ou fervida (tratada)             | 1 |

III – Destino dado ao lixo domiciliar

- |                                       |   |
|---------------------------------------|---|
| a) Jogado na superfície da terra      | 0 |
| b) Queimado ou enterrado ou recolhido | 1 |

O somatório das pontuações dos subitens I, II e III formarão o escore para mensuração da referida variável.

### **2.1.3.1 Teste para diferença de médias**

Para verificar se as médias relativas aos índices de qualidade de vida antes e depois da implantação do Programa Reforma Agrária Solidária (PRAS) e, ou, Projeto São José (PSJ) diferem estatisticamente, foi utilizado um procedimento comparativo, adotado por Levin (1978), denominado “painel” ou antes-e-depois, cujo objetivo é comparar dados de mesmos indivíduos coletados em período diferente no tempo.

## **3 Resultados e Discussão**

### **3.1 Qualidade de vida da população beneficiada pelo Programa Reforma Agrária Solidária**

Com o objetivo de estudar quais os efeitos que o Programa Reforma Agrária Solidária está ocasionando ao bem-estar das famílias beneficiadas, utilizou-se como instrumento metodológico a construção do índice de qualidade de vida, para cada município pesquisado e também para a amostra total, nos momentos “antes” e “depois” do programa. É conveniente ressaltar-se que os valores encontrados refletem tanto os escores quanto o grau de satisfação de cada chefe da família entrevistada em relação às variáveis consideradas na pesquisa.

#### **3.1.1 Considerações sobre os indicadores que formam o índice de qualidade de vida**

##### **3.1.1.1 Aspectos sanitários**

Este indicador incluiu três variáveis: água para o consumo humano, destino do lixo domiciliar e destino dos dejetos humanos.

A grande maioria das pessoas entrevistadas tinha como fonte normal de abastecimento de água cacimba, poço, chafariz e açude. Com

relação ao tipo de tratamento da água, verificou-se relativa melhoria quando comparadas as duas situações.

Pode-se observar pela análise dos dados apresentados na Tabela 1 que o número de famílias que usava algum tipo de tratamento da água para consumo humano aumentou depois da implantação do Programa Reforma Agrária Solidária. Nota-se ainda, nessa tabela, que quase 1/3 das famílias utilizava a água sem nenhum tratamento. Espera-se que, com a orientação de agentes de saúde, todas as famílias beneficiadas passem a utilizar água filtrada, fervida e tratada.

Tabela 1 - Frequência absoluta e relativa dos beneficiários do PRAS segundo as condições sanitárias no Estado do Ceará, 1999

Aspectos Sanitários	Antes		Depois	
	N <sup>o</sup>	%	N <sup>o</sup>	%
<b>I Água para o consumo</b>				
- Consumida diretamente do poço, cacimba, chafariz, rio ou açude sem nenhuma espécie de tratamento	31	40,26	22	28,57
- Filtrada, fervida ou outro tipo de tratamento	46	59,74	55	71,43
Total	77	100,00	77	100,00
• Destino do lixo domiciliar				
- Jogado na superfície da terra	39	50,65	23	29,87
- Enterrado ou queimado	38	49,35	54	70,13
Total	77	100,00	77	100,00
a) Destino dos dejetos				
- Colocado a céu aberto	44	57,14	9	11,69
- Dirigido para a fossa	33	42,86	68	88,31
Total	77	100,00	77	100,00

Fonte: dados da pesquisa.

Identificou-se melhoria no que diz respeito ao destino dado ao lixo domiciliar, pois, antes do projeto, 50,65% dos entrevistados jogavam o lixo na superfície da terra, percentual esse reduzido para 29,87%. Considerando os problemas que podem ser ocasionados pelo manuseio incorreto do lixo, como poluição de água, poluição dos solos e transmissão de doenças, acredita-se que esse hábito de higiene contribuirá para reduzir as doenças infectocontagiosas e a verminose, dentre outros benefícios.

Verifica-se, pela análise dos resultados, melhoria considerável em relação ao destino dado aos dejetos humanos. Em todos os municípios pesquisados, verificou-se aumento na utilização da fossa, elevando-se

de 42,86% para 88,31% no período de estudo. Esses resultados podem ser atribuídos ao programa de habitação do Projeto São José, que também favorece a maioria dos beneficiários do PRAS.

De modo geral, constatou-se que ocorreu melhoria significativa nas condições sanitárias e de higiene da população beneficiária do PRAS, contribuindo, conseqüentemente, para a elevação do nível de qualidade de vida no meio rural.

Embora exista nas pessoas um anseio de progresso e de melhoria de vida, em geral, esse desejo se concentra na posse de bens de consumo, incentivado pela intensa campanha publicitária dos meios de comunicação, como o rádio e a televisão. Entretanto, algumas noções básicas de higiene, como o uso da fossa séptica, a destinação de um local apropriado para colocar o lixo doméstico ou, ainda, a utilização de água filtrada ou fervida, embora sejam medidas que não representem um custo financeiro elevado, são relegadas a segundo plano. O mesmo se observa com relação ao uso de sabão, creme dental, toalha ou papel higiênico, que, apesar de representar pequena proporção no orçamento familiar, esses produtos são, muitas vezes, suprimidos, em detrimento de outros bens que asseguram mais *status* social, como o CD do cantor que está em evidência na mídia e a instalação ou conserto da parabólica etc.

### 3.1.1.2 Habitação

Frankenberg (2000) destacou que a primeira moradia dá ao ser humano uma sensação agradável de prazer e de posse.

Essa sensação encontra-se arraigada à população brasileira, independentemente de estar situada na zona rural ou na urbana. Segundo Miranda, citado por Freyre (1979, p. 19), “a casa é um lugar a partir do qual a existência se configura e se expande, podendo ser estudada como habitação e ponto de partida e referência das descendências...”.

A pesquisa constatou melhorias nas variáveis que constituíram o indicador habitação depois da implantação do Programa Reforma Agrária Solidária. Com relação à variável posse de moradia, a população encontra-se em uma situação muito melhor do que antes do programa, visto que o percentual dos que moravam em casas próprias aumentou de 53,25%

para 88,31% (Tabela 2).

Tabela 2 - Frequências absoluta e relativa do número de habitação, segundo posse de moradia, tipo de construção e tipo de iluminação, utilizadas nas situações antes e depois de implantação do PRAS no Estado do Ceará, em 1999

Discriminação	Antes		Depois	
	N <sup>o</sup>	%	N <sup>o</sup>	%
<b>I</b> Posse de moradia				
- alugada	9	11,69	7	9,09
- cedida	27	35,06	2	2,60
- própria	41	53,25	68	88,31
Total	77	100,00	77	100,00
• Tipo de construção do domicílio				
- casa de taipa	33	42,86	7	9,09
- casa de tijolo	16	20,78	6	7,79
- casa de tijolo, reboco e piso	28	36,36	64	83,12
<b>Total</b>	77	100,00	77	100,00
a) Tipo de iluminação				
- lampião a querosene ou a gás	34	44,16	15	19,48
- energia elétrica	43	55,84	62	80,52
Total	77	100,00	77	100,00

Fonte: dados da pesquisa.

Outro aspecto importante ao analisar-se a situação de domicílio das famílias entrevistadas é o tipo de construção dos domicílios. Constatou-se significativa melhoria na construção do domicílio depois do PRAS. Inicialmente, 36,36% das residências dos entrevistados possuíam casas construídas com tijolo, reboco e piso com cimento e, ou, tijolo, passando para 83,12% após a implantação do PRAS.

O tipo de iluminação foi outro fator que contribuiu para a melhoria da habitação no período estudado, ocorrendo redução do número de famílias que usavam o tipo mais rudimentar, ou seja, lamparina, lampião a querosene. Houve, em conseqüência, aumento na fonte de energia elétrica, indicando melhoria qualitativa no tipo de iluminação utilizada pela população beneficiada pelo PRAS.

Com a instalação da energia elétrica, aumentou a aquisição dos bens como rádio, televisão, pequenos eletrodomésticos, geladeira e fogão.

### 3.1.1.3 Educação

Os resultados apresentados na Tabela 3 revelam que não houve alterações significativas nesse indicador depois da implantação do PRAS nos municípios estudados. Os dados indicam pequena ampliação dos serviços educacionais de ensino formal em nível de 1º grau, especialmente da 1ª à 4ª série, pois, na situação “antes”, 67,53% dos entrevistados responderam que as escolas de ensino de 1º grau eram localizadas em suas comunidades ou a uma distância inferior a 4 km.

Tabela 3 - Frequências absoluta e relativa dos beneficiários do PRAS, segundo o acesso aos serviços de educação no Estado do Ceará, em 1999

Serviços Educacionais	Antes		Depois	
	Nº	%	Nº	%
Inexistentes	25	32,47	14	18,18
Curso de alfabetização	-	-	-	-
Curso de 1º grau	52	67,53	63	81,82
Curso de 2º grau	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>77</b>	<b>100,00</b>	<b>77</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados da Pesquisa

Esses resultados, entretanto, refletem uma situação muito comum no meio rural nordestino, onde não existe infra-estrutura educacional de 2º grau.

Observou-se, ainda, que um número elevado da população estudada era de analfabetos ou semi-analfabetos. Acredita-se que grande parte das pessoas consideradas como tal era de adultos, que não eram estimulados ou não tinham condições de freqüentar os cursos regulares. Notou-se, também, que não havia cursos direcionados para esse segmento da população.

A pequena melhoria nos serviços educacionais deve-se, em parte, ao pouco tempo de implementação do PRAS naquele estado. A educação é uma variável para a qual se percebem mudanças em prazo mais longo; o tempo pode ter sido insuficiente para alteração significativa nesse quadro.

São bem conhecidos os benefícios da educação. Eles se estendem

à esfera da cidadania e a uma participação política mais consciente, o que, segundo Fogaça, citado por Monte (1999), resultaria numa relação capital/trabalho mais igual. Assim, o desenvolvimento socioeconômico não estaria mais fundamentado apenas num processo de produção de riquezas, mas, também, no fato de ser a população educada, gerando as próprias condições de melhoria. A educação reduz os problemas relacionados a saneamento básico e doenças. Isso não significa que educação por si só resolveria todos os problemas das famílias pobres. Entretanto, ela pode ser o principal fator que propicia o salto qualitativo na melhoria de vida dessa população.

Segundo declaração, em 1997, de James D. Wolfensohn, presidente do Banco Mundial, o conhecimento é agora tão, se não mais, importante fator no desenvolvimento. No próximo século, a aplicação e acumulação do conhecimento dirigirão os processos de desenvolvimento e criarão oportunidades, sem precedentes, para o crescimento ou redução da pobreza.

Silva e Khan (1995), ao analisarem a importância do nível educacional do agricultor na geração da renda rural, concluíram que esse fator tem influência positiva no valor da produção, propiciando aumento expressivo na eficiência técnica.

#### **3.1.1.4 Saúde**

Os resultados obtidos indicam que a situação da saúde a partir da implantação do Programa de Reforma Agrária Solidária apresentou melhoria significativa em relação às condições precárias de serviços de saúde oferecidos antes. O número de famílias que tiveram acesso a postos de saúde com serviços básicos (primeiros socorros, vacinação) triplicou depois do PRAS. Considerado de forma isolada, constatou-se que o atendimento por agente de saúde não apresentou nenhum avanço, pois, antes do PRAS, aproximadamente 50% das famílias eram atendidas por agente de saúde, percentual esse que se manteve idêntico no período de estudo (Tabela 4). Concluiu-se que o programa do governo não atendia todas as famílias no setor rural, através dos serviços oferecidos pelo agente de saúde. Observou-se, também, um programa do governo

chamado “médico da família”, pelo qual os produtores rurais não são beneficiados.

Esses resultados podem ser verificados quando se analisa a participação do indicador saúde na qualidade de vida da população.

Tabela 4 - Frequências absoluta e relativa dos beneficiários do PRAS, segundo a disponibilidade de serviços de saúde no Estado do Ceará, em 1999

Serviços de Saúde	Antes		Depois	
	N <sup>o</sup>	%	N <sup>o</sup>	%
• Inexistentes	28	36,36	2	2,60
• Atendimento por agente de saúde	38	49,35	39	50,65
• Posto de saúde com serviços básicos (primeiros socorros, vacinação)	11	14,29	33	42,86
• Posto de saúde com serviços básicos e consulta médica	-	-	3	3,89
Total	77	100,00	77	100,00

Fonte: dados da pesquisa.

Segundo Cohn e Elias (1998), “a oferta de serviços da saúde é um direito mínimo Universal do Cidadão e é fundamental que ele seja universalizado, principalmente numa sociedade tão extremamente diferenciada como a cearense. Existe uma necessidade de reversão desta situação onde à seguridade social se destina o papel de buraco negro onde tudo cabe nada aparece”.

### 3.1.1.5 Acesso a bens duráveis

Outro indicador da evolução na qualidade de vida dos beneficiários do PRAS, é o acesso a bens duráveis. Constatou-se que, nos dois anos de implantação desse Programa, os produtores atendidos compraram eletrodomésticos ou trocaram os antigos por novos, como televisão, geladeiras, fogões, aparelhos de som etc. Isso em parte é resultante do programa de eletrificação rural, mas, sem dúvida, que o acréscimo de renda familiar, apontado por 97,4% dos beneficiários, é o principal indutor dessa mudança.

### **3.2.2 Análise do índice de qualidade de vida – IQV**

Os resultados apresentados nas Tabelas 5 e 6 indicam as contribuições absoluta e relativa de cada um dos indicadores que compõem o índice de qualidade de vida das famílias da amostra total nos diferentes municípios pesquisados antes e depois do Programa de Reforma Agrária Solidária.

Tabela 5 - Participação individual e conjunto dos indicadores na composição do índice de qualidade de vida "antes" e "depois" do Programa Reforma Agrária Solidária e sua evolução no Estado do Ceará, em 1999

Indicador	Participação dos Indicadores no IQV " Antes"		Participação dos Indicadores no IQV "Depois"		Diferença		Incremento dos Indicadores (%)
	Valores Absolutos	Valores Relativos	Valores Absolutos	Valores Relativos	Valores Absolutos	Valores Relativos	
Saúde	0,034	9,94	0,078	13,38	0,044	18,26	129,41
Educação	0,059	17,25	0,073	12,52	0,014	5,81	23,73
Moradia	0,071	20,76	0,156	26,76	0,085	35,27	119,72
Aspectos sanitários	0,071	20,76	0,122	20,93	0,051	21,16	71,83
Bens duráveis	0,107	31,29	0,154	26,41	0,047	19,50	43,93
<b>IQV</b>	<b>0,342</b>	<b>100,00</b>	<b>0,583</b>	<b>100,00</b>	<b>0,241</b>	<b>100,00</b>	<b>70,47</b>

Fonte: dados da pesquisa.

Tabela 6 - Índice de qualidade de vida (IQV) das famílias beneficiadas pelo Programa Reforma Agrária Solidária nos diferentes municípios do Estado do Ceará, em 1999

Município	IQV " Antes"	IQV " Depois"	Diferença	Incremento do IQV (%)
Iguatu	0,330	0,585	0,255	77,27
Cedro	0,163	0,333	0,170	104,29
Quixadá	0,219	0,552	0,333	152,05
Baturité	0,313	0,524	0,211	67,41
Acaraú	0,424	0,673	0,249	58,73
Trairi	0,492	0,686	0,194	39,43
São G. do Amarante	0,449	0,625	0,176	39,20
<b>Amostra total</b>	<b>0,342</b>	<b>0,583</b>	<b>0,241</b>	<b>70,47</b>

Fonte: dados da pesquisa.

Para amostra total, verificou-se que, dentre os indicadores que apresentaram maior contribuição para a formação do IQV antes do programa, destacaram-se bens duráveis, moradia e aspectos sanitários. Deve-se ressaltar que a população não se sentia satisfeita em relação à qualidade de serviços de saúde oferecidos pelas instituições públicas.

Quando analisados os dados depois da implantação do PRAS, verificou-se que a maior contribuição para formação do índice de qualidade de vida foi a dos indicadores de bens duráveis, moradia e aspectos sanitários, o que indica a importância relativa dessas variáveis para o bem-estar da população.

Os dados da Tabela 5 indicam ainda que houve elevação de 0,241 no índice de qualidade de vida da população pesquisada; o IQV calculado antes foi de 0,342, enquanto este passou para 0,583 depois do PRAS. O teste “t” indicou que a diferença entre esses dois índices é significativa a 1% de probabilidade.

Dentre os indicadores analisados pós-programa, verificou-se que a moradia é responsável por 35,27% da elevação do IQV na população estudada, mas é na saúde que se constata evolução importante na melhoria da qualidade de vida, correspondente a 129,41% durante a vigência do PRAS.

Na análise por município, o IQV (Tabela 6) indica grandes diferenças intermunicipais, variando entre 0,163 (em Cedro) e 0,492 (em Trairi) antes do programa; depois dele, a variação do índice atingiu 0,333 (em Cedro) e 0,686 (em Trairi). Entretanto, foi no Município de Quixadá que se observou o maior incremento no IQV (152,05%), equivalente a mais do que o dobro do crescimento médio do índice, 70,47%.

Os resultados são semelhantes ao encontrado por Fernandes (1997), estudando os efeitos do decreto que transformou a região do Cajari, Amapá, em reserva extrativista na qualidade de vida da população da referida região, cujo acréscimo do IQV foi de 86,95% em relação ao IQV do período inicial.

O comportamento de alguns indicadores merece, ainda, uma análise mais acurada. Quando se consideram os indicadores moradia e aspectos sanitários, notou-se que o aumento observado na qualidade de vida da população se deve, substancialmente, à melhoria desses

indicadores. Estes contribuíram com 35,27% e 21,16%, respectivamente, para a melhoria verificada, aumentos esses resultantes, fundamentalmente, do Programa de Habitação Rural do governo do Estado do Ceará.

O indicador educação teve pouca participação na elevação do índice de qualidade de vida (apenas de 5,81%), refletindo a existência de grande número de beneficiários do programa ainda analfabetos. A localização das escolas de 1º grau situadas a longa distância e também o pouco tempo decorrido desde a implantação do Programa Reforma Agrária Solidária podem ter contribuído para a insignificante “performance” desse indicador no IQV.

O indicador saúde contribuiu também, de forma razoável, para o aumento que se constatou no índice de qualidade de vida, na ordem de 18,26%. Entretanto, a participação do indicador saúde no IQV, antes e depois da implantação do PRAS, foi de 0,034 e 0,078, respectivamente (Tabela 5).

Deve-se destacar que, apesar do incremento observado na qualidade de vida da população pesquisada, o IQV encontrado nos municípios ainda é baixo, uma vez que o valor máximo possível de ser atingido é igual a 1 (Tabela 6). Assim, nota-se, nessa tabela, que muito ainda tem que ser feito, particularmente, em relação aos serviços de saúde e de educação, para que as famílias beneficiadas pelo programa atinjam um padrão bom de bem-estar.

## **4 Conclusões e Sugestões**

Com base nos resultados obtidos através de pesquisa direta, em sete municípios do Estado do Ceará, procurou-se analisar as melhorias ocorridas nas condições de vida dos produtores assistidos pelo Programa de Reforma Agrária Solidária (PRAS),

O PRAS promoveu substancial contribuição na qualidade de vida da população beneficiada, apresentando incremento de 70% em relação ao índice de qualidade de vida (IQV) anterior a esse programa.

Os indicadores que mais contribuíram para melhorar a qualidade de vida foram a moradia, o acesso aos bens duráveis e os aspectos

sanitários. No entanto, é pequena a participação dos indicadores saúde e educação na formação do IQV.

A variável educação, apesar de sua indiscutível importância, pode revelar-se inadequada na formação do IQV, após o programa, em razão do reduzido espaço de tempo de implantação deste, uma vez que mudanças nos aspectos educacionais são mais facilmente percebidas e mensuradas no médio e longo prazos.

Em resumo, constatou-se que o Programa de Reforma Agrária Solidária – PRAS contribuiu, substancialmente, para o desenvolvimento econômico e social do setor rural cearense, através da elevação da produtividade agrícola, da renda familiar e dos níveis de qualidade de vida dessa população.

Objetivando melhorar a participação dos indicadores educação e saúde, seria interessante o desenvolvimento de ações conjuntas por parte dos órgãos responsáveis por esses setores, no sentido de aumentar a contribuição dessas variáveis, para melhoria da qualidade de vida da população rural.

A oferta de cursos de alfabetização de adultos e de ensino fundamental nas áreas de assentamento rural ou próximo a estas assume importância estratégica, ao propiciar aos produtores o acesso ao conhecimento que permitirá torná-las mais eficientes e menos dependentes das ações governamentais, bem como menos vulneráveis a estas.

Recomenda-se, ainda, que sejam realizados, posteriormente, novos estudos para avaliar a contribuição desses indicadores, que obtiveram pequena participação na formação do IQV, como também para analisar os efeitos do PRAS na geração de emprego e renda no setor rural.

Dentro do modelo de desenvolvimento rural adotado pelo estado, a continuidade do Programa de Reforma Agrária Solidária, muito mais que uma necessidade, é talvez uma das mais eficientes formas de sobrevivência digna do pequeno produtor ou trabalhador rural, até então marginalizado pela falta de acesso à terra. Entretanto, para melhorar a eficiência desse programa, faz-se necessário um acompanhamento mais rigoroso na implantação e execução dos subprojetos.

## Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, R.C. de et al. **O Brasil social: realidades, desafios, opções.** Rio de Janeiro: IPEA, 1993. 544 p.
- BUARQUE, C. **A desordem do progresso.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. 186 p.
- CEARÁ, **Secretaria de desenvolvimento rural - Desempenho 1995-1998.** Fortaleza: 1998. 76 p.
- COHN, A.; ELIAS, P.E. **Saúde no Brasil – Políticas e organização de serviços.** São Paulo: Cortez/CEDEC, 1998. 117 p.
- FERNANDES, A.V. **Qualidade de vida rural com sustentabilidade na Amazônia: o caso da reserva extrativista no Estado do Amapá.** Fortaleza: UFC/DEA, 1997. 93 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal do Ceará, 1997.
- FRANKENBERG, L. Imóveis são sólidos? **Exame**, São Paulo, ed. 707, v. 34, n. 3/9, p. 133, fev. 2000.
- FREYER, G. **Oh de casa!** Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979. 169 p.
- GOMES, L. O mais difícil foi feito, **VEJA**, São Paulo, v. 31, 16 de Set. p. 114-117, 1998.
- IDACE NOTÍCIAS. Fortaleza: *IDACE*, v. 2, n. 1, abr./jun. 1998.
- JOHNSTON, B.F.; MELLOR, J.W. The role of agriculture in economic development. **American Economic Review**, Nashville, v. 51, n. 4, p. 556-593, Sept. 1961.
- LEITE, P.S. Desenvolvimento econômico e combate à pobreza rural no Nordeste do Brasil. In: LEITE, P.S. et al. **Estratégia e planejamento do desenvolvimento rural regional integrado.** Fortaleza: UFC/BNB, 1994. 349 p.
- LEVIN, J. **Estatística aplicada a ciências humanas.** São Paulo: Harper e Row Brasil, 1978. 310 p.
- MONTE, F.S.S. **Efeito da implantação do complexo industrial e portuário do Pecém-CE na qualidade de vida das famílias rurais da Região: o caso do reassentamento Cambeba.** Fortaleza: UFC/DEA, 1999. 144 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal do Ceará, 1999.

NAHAS, M. I. P.; MARTINS, V. L. A. B. O Índice de qualidade de vida urbano – IQVU/BH: a elaboração de um novo instrumento de gestão municipal. In: ENCONTRO ANUAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 18, 1995, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: 1996. p. 125-219.

RODRIGUES, M.C.P. O índice de desenvolvimento social (IDS). **Conjuntura Econômica**. Rio de Janeiro: fev. 1993. p. 45-51.

SCHWARTZMAN, Simon. Desenvolvimento social e qualidade de vida: algumas perspectivas de pesquisa. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 5, n. 2, p. 101-111, 1974.

SILVA, L.M.R.; KHAN, A.S. Educação, eficiência técnica e produtividade diferencial na região semi-árida do Nordeste. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 57-71, 1995.

SLIWANY, R.M. **Sociometria – como avaliar a qualidade de vida e projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 1997. 182 p.

WORLD BANK - Brazil. **Poverty reduction, growth, and fiscal stability in the State of Ceará**. [S.l.: s.n.t.], 1999. v. 1. (Policy Report). Document of the World Bank (Mimeo.).

